

POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Leonardo Figueiredo Costa¹
Carla Daniela Rabelo Rodrigues²
Renata de Paula Trindade Rocha de Souza³
DOI: 10.29327/2282886.8.1-14

Resumo: Este estudo visa a contribuir para o campo das políticas culturais na América Latina a partir de um olhar bibliométrico e crítico, articulando aportes sobre as práticas intelectuais em cultura e poder na América Latina de Daniel Mato e as discussões sobre o campo científico de Pierre Bourdieu. A pesquisa utiliza o *Google Acadêmico* para coletar dados de produções científicas relacionadas às políticas culturais na América Latina, em espanhol e em português. Foi utilizado o programa *Publish or Perish* para extrair informações relacionadas às produções. A pesquisa segue uma metodologia baseada em estudos anteriores e faz parte do Projeto Mapeamento da produção de conhecimento em políticas culturais (MapaCULT). O objetivo é analisar o impacto das publicações e aplicar teorias relacionadas à cultura e políticas culturais.

Palavras-chave: Políticas culturais; Bibliometria; América Latina.

POLÍTICAS CULTURALES EN AMÉRICA LATINA: APORTES TEÓRICOS

Resumen: Este estudio pretende contribuir al campo de las políticas culturales en América Latina desde una perspectiva bibliométrica y crítica, articulando aportes sobre las prácticas intelectuales en la cultura y el poder en América Latina de Daniel Mato y discusiones sobre el campo científico de Pierre Bourdieu. La investigación utiliza Google Scholar para recopilar datos sobre producciones científicas relacionadas con políticas culturales en América Latina, en español y portugués. Se utilizó el programa Publish or Perish para extraer información relacionada con las producciones. La investigación sigue una metodología basada en estudios previos y forma parte del Proyecto Mapeo de la producción de conocimiento en políticas culturales (MapaCULT). El objetivo es analizar el impacto de las publicaciones y aplicar teorías relacionadas con la cultura y las políticas culturales.

Palabras claves: Políticas culturales; Bibliometría; América Latina.

CULTURAL POLICIES IN LATIN AMERICA: THEORETICAL CONTRIBUTIONS

Abstract: This study aims to contribute to the field of cultural policies in Latin America from a bibliometric and critical perspective, articulating contributions on intellectual practices in culture and power in Latin America by Daniel Mato and discussions on the scientific field by Pierre Bourdieu. The research uses Google Scholar to collect data on scientific productions related to cultural policies in Latin America, in Spanish and Portuguese. The Publish or Perish program was used to extract information related to the productions. The research follows a methodology based on previous studies and is part of the Mapping Project of knowledge production in cultural policies (MapaCULT). The objective is to analyze the impact of publications and apply theories related to culture and cultural policies.

¹ Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Cultura e Desenvolvimento pela UFBA. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-6095-2642>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7046772000388273>.

² Docente da UNILA. Doutora em Ciência da Comunicação pela USP. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7076-989X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1436967788276646>.

³ Docente da UFBA. Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-9968-012X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5589159806092379>.

Keywords: Cultural policies; Bibliometrics; Latin America.

Introdução: a América Latina como ponto de partida

No paradigmático livro *Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo*, publicado originalmente em 2002, Néstor García Canclini questiona os significados proporcionados pelo pertencimento à América Latina e, em especial, "o que significa ser latino-americano". O autor enfatiza que não apenas as respostas a esta questão têm se transformado, como também a própria questão.

Diante dos grandes deslocamentos migratórios da América Latina para a Europa e os Estados Unidos, e do fluxo mundializado das produções simbólicas originárias daquela parte do continente, sentir-se da América Latina não implica mais estar fixado em território específico e, por outro lado, o fato de habitá-lo já não garante o sentimento de pertença a uma identidade nacional ou regional estável e integradora. O autor sugere, então, que: "(...) aun reconociendo el vigor y la continuidad de la historia compartida, lo latinoamericano no es una esencia, y más que una identidad es una tarea" (GARCÍA CANCLINI, 2002, p. 32). Relacionar as tentativas passadas (entre êxitos e fracassos) de integração da América Latina e as recentes pode ser, portanto, uma importante ferramenta para projetar o possível.

Passadas mais de duas décadas da publicação da obra, às reflexões evidenciadas por García Canclini, se somam novas questões, evidenciando sua pertinência e atualidade. Algumas são reivindicadas pelo mesmo autor. Em *O mundo inteiro como lugar estranho*, por exemplo, García Canclini questiona, diante do atual contexto de interconexão digital, "O que significa habitar um mundo onde é cada vez mais difícil ser estrangeiro?" (GARCÍA CANCLINI, 2016, p. 59) Como abordar, portanto, essa (difícil) tarefa latino-americana e, mais especificamente como propõe este artigo, de pensar a produção de conhecimento sobre uma temática específica a partir de tal delimitação?

A fim de contribuir para a produção de conhecimento sobre/neste campo científico das políticas culturais, propomos um percurso investigação que adota como base informacional a produção científica disponibilizada na plataforma *Google Acadêmico*⁴, nos idiomas espanhol e português, que indexa, em seus títulos, as expressões e variantes "política cultural + América Latina", "políticas cultura(is|les) + América Latina", "política cultural + latino-american(o|a|os|as)", "políticas culturais + latino-american(o|a|os|as)", "política cultural + latinoamerican(o|a|os|as) e "políticas culturales + "latinoamerican(o|a|os|as)". Para a

⁴ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em 22 set. 2023.

extração, foi utilizado o software *Publish or Perish*⁵, ferramenta gratuita que sistematiza dados como o número total de citações, número médio de citações por artigo, número médio de citações por ano, índice H e parâmetros relacionados e uma análise do número de autores por artigo. Tais informações e indicadores contribuem para avaliar o impacto das publicações disponíveis na plataforma mencionada. Nas etapas de limpeza, sistematização e visualização dos dados foi utilizado o programa *Excel*.

A metodologia toma por base os itinerários já percorridos pelo Projeto Mapeamento da produção de conhecimento em políticas culturais (MapaCULT), vinculado ao Laboratório de Estudos em Políticas Culturais e Economia da Cultura (LAB-Cultura) da Universidade Federal da Bahia. Constituído em 2018 a partir da associação à Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa, o MapaCULT vem se debruçando sobre os estudos em políticas culturais, a partir de perspectivas diversas e complementares, ancoradas em metodologias quali-quantitativas, com ênfase para técnicas e ferramentas desenvolvidas no âmbito de áreas como a bibliometria, infometria e cientometria.

Ao longo desse período, foram analisadas bases de dados distintas e complementares com o intuito de refletir sobre esse complexo campo. O principal método de delimitação do corpus foi a auto-indexação de expressões relativas às políticas culturais, visto que a menção, em especial em lugares de destaque como título, resumo e palavras-chave, pressupõe a intencionalidade de pertencimento por parte do autor a esta área de conhecimento.

Cabe salientar que, embora se baseie no uso “das ferramentas e das técnicas (como computadores e programas de reprocessamento *automático* dos dados) (BOURDIEU, 2013, p. 139), a investigação proposta não pretende tomar emprestado à

(...) imaginação positivista um modelo de prática científica representada por todos os atributos simbólicos da respeitabilidade científica: máscaras e artifícios (como *gadgets* tecnológicos e *kitsch* retórico) e um modelo da organização do que ela chama de “comunidade científica” concebido por sua pobre e ciência das organizações (BOURDIEU, 2013, p. 139).

Ao contrário, as técnicas e ferramentas ora utilizadas, tomadas de empréstimo da bibliometria — metodologia de análise da atividade científica ou técnica pelo estudo quantitativo das publicações com vistas a desenvolver indicadores confiáveis (RAVELLI et al., 2009) —, se somam a uma

(...) análise histórica e sociológica que não visa de modo algum relativizar o conhecimento científico conformando-o e reduzindo-o às suas condições históricas, portanto, as circunstâncias localizadas e datadas, mas que pretende, muito pelo

⁵ Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish/windows>. Acesso em 20 set. 2023.

contrário, fazer com que os cientistas compreendam melhor os mecanismos sociais que orientam a prática científica e se tornem assim “donos e senhores” não só da “natureza” segundo a velha ambição cartesiana, mas também, e não há dúvida de que não é menos difícil, do mundo social em que se produz o conhecimento da natureza. (BOURDIEU, 2004, p. 9)

É com tal propósito que iniciaremos esse percurso de investigação, acionando aportes teóricos de investigações sobre cultura e poder e sobre as políticas culturais, bem como conceitos e categorias analíticas explicitados por Pierre Bourdieu. Tais perspectivas subsidiam complementarmente a discussão das contribuições teóricas latino-americanas sobre as políticas culturais em meio ao processo de “(...) volver a mirarse desde una nueva mirada en cuya perspectiva puedan reconstituirse de otro modo, no colonial, nuestras ambiguas relaciones con nuestra propia historia. Un modo para dejar de ser lo que nunca hemos sido” (QUIJANO, 1988, p. 46). Pretendemos, portanto, ir além da análise meramente quantitativa da produção de conhecimento sobre o tema, analisando-os de forma crítica, sistemática e contextual.

1. Emergência das políticas culturais no âmbito latino americano: teoria e práxis

A constituição de uma autêntica “ciência da ciência” (BOURDIEU, 1983, p. 126), exige recusar, de um lado, a adoção de uma perspectiva puramente epistemológica de que ciência engendra seus próprios problemas, e de outro, a análise extrínseca, que relaciona os problemas do campo científico apenas às condições sociais de seu aparecimento. Assim, torna-se inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas.

É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. (BOURDIEU, 1983, p. 126)

Sob tal perspectiva, a fim de construir nosso marco teórico-contextual, retomamos as contribuições aportadas pelo pesquisador venezuelano Daniel Mato (2002), que assevera que a qualificação de um conjunto de estudos e de demais “práticas intelectuais em cultura e poder”⁶ como latino-americano não busca assumir posições essencialistas ou nacionalistas. “Por el contrario, esta calificación responde a diversos factores que pueden resultar significativos para interpretar estos estudios y prácticas” (MATO, 2002, p. 31).

⁶ Embora reconheçamos a relevância, para a produção de conhecimento, de práticas intelectuais para além das produzidas em âmbito acadêmico, partiremos neste texto da perspectiva dos estudos, tendo em vista o viés adotado para a investigação e, conseqüentemente sua base informacional, centrada em produções bibliográficas.

Dentre os fatores assinalado por Mato (2002) destacamos a demarcação destes estudos, assim como dentre outros produzidos em contextos não metropolitanos, como “olhares” parciais e específicos, marcados pelo lugar de enunciação, em contraponto à pretensão de universalidade das teorizações metropolitanas. Outra característica seria a adoção de perspectivas contextuais de suas realidades imediatas, bem como a atenção à América Latina. Tal interesse pode se reduzir em alguns contextos sob a influência de aspectos como a localização geográfica (como é o caso do México, de fatores linguísticos, como o Brasil, dentre outros). Por fim, cabe ressaltar o fato de que tais estudos e práticas são influenciados por realidades nas quais é possível identificar algumas semelhanças e conexões, históricas e contemporâneas cujas origens remontam a experiências coloniais e em movimentos anticoloniais.

Así, la idea de “estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas” que aquí pretendo destacar sólo señala la conciencia de que estos estudios y otras prácticas intelectuales de un modo u otro están marcados por los contextos sociales en los cuales han sido producidos o se desarrollan, y que estos forman parte de esa región del mundo que convenimos en llamar “América Latina” (MATO, 2002, p.37)

Diante da eleição temática na investigação ora explicitada, os aspectos contextuais adquirem relevância. Tal abordagem coaduna com a perspectiva bourdieusiana de que uma das grandes questões nos estudos que se baseiam nos aportes teórico-metodológicos advindos do conceito de campos (ou dos subcampos) científicos é o grau de autonomia destes. Em suas palavras, “Uma das diferenças relativamente simples, mas nem sempre fácil de medir, de quantificar, entre os diferentes campos científicos, isso que se chama as disciplinas, estará, de fato, em seu grau de autonomia” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Nesse sentido, quanto maior a autonomia do campo, maior é a relevância da validação dos pares como meio de se ingressar e adquirir legitimidade científica em um campo dado. Cabe salientar, ainda, que esses outros componentes são também concorrentes, tornando-se, portanto, “(...) os menos inclinados a reconhecer [as produções] sem discussão ou exame” (BOURDIEU, 2004, p. 127).

Como um possível dificultador para a autonomia dos estudos em políticas culturais, é possível salientar a sua constituição a partir de aportes teóricos de diferentes áreas do conhecimento (BARBALHO, 2014), Vieira et al. (2022). Estudiosos de áreas distintas trabalham o tema, alguns diretamente, outros transversalmente, e muitas vezes com pouco ou nenhum diálogo com outros pesquisadores no interior do campo (SANTOS, 2017). Ainda a esse respeito, Bourdieu (2004, p. 21-22) ressalta que

(...) quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem

perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal o seu poder de refração de retradução. Inversamente a heteronomia de um campo manifesta-se essencialmente pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a “politização” de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia, e uma das maiores dificuldades encontradas pela Ciências Sociais para chegarem a autonomia é o fato de que pessoas pouco competentes do ponto de vista de normas específicas, possam sempre intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas.

Embora faça referência ao campo das Ciências Sociais, a reflexão proposta pelo teórico francês se adequa sobremaneira às discussões sobre as lutas pela autoridade científica no âmbito das políticas culturais. Estudos em perspectiva quantitativa evidenciam a existência de indícios de uma baixa autonomia do campo frente aos processos políticos. Verifica-se, portanto, o imbricamento entre “períodos com maior profusão de políticas públicas e, portanto, maior institucionalidade no campo da cultura, com a ampliação de trabalhos dedicados à temática” (ROCHA, ROCHA e MATTOS; 2022, p. 95). Um exemplo é a pesquisa realizada por Calabre, segundo a qual “É inegável o importante papel cumprido pelas políticas do Ministério da Cultura, que começaram a ser implementadas a partir de 2003, para a ampliação do conjunto dos estudos acadêmicos” (CALABRE, 2014, p. 128).

A bibliografia indica, portanto, que a expressão dos problemas políticos se converte em problemas também do campo. Costa e Rocha destacam a correlação entre as temáticas abordadas nos estudos em nível de pós-graduação e os momentos históricos de cada contexto, bem como o “permanente diálogo e troca com gestores e profissionais da área” (COSTA E ROCHA, 2021, p. 176). Tal constatação, ainda que aponte para uma menor autonomia do campo, não nos permite constatar, e tampouco negar, a prevalência de intervenções arbitrárias impetradas por agentes cuja legitimidade se baseia em regras alheias ao campo. Cabe asseverar, ainda, que tal crítica não implica negar o caráter político da produção científica.

No que diz respeito à práxis das políticas culturais, apesar da inegável afinidade e interpenetração entre as esferas da cultura e da política ao longo da história da humanidade, diversos autores, a exemplo de Bayardo (2008), Harvey (2009), Nivón Bolán (2006) e Rubim (2012), convergem em situar o surgimento das políticas culturais na primeira década do Séc. XX. O contexto evidencia, segundo Rocha (2016), uma mudança de paradigma: o surgimento de experiências cuja política torna-se meio para desenvolver a cultura, em lugar dos processos de instrumentalização da cultura pela política. Bayardo destaca que o período é marcado pelo robustecimento das estruturas normativas, administrativas e financeiras do estado com o intuito de orientar as políticas culturais nacionais.

Na América Latina, de acordo com Harvey (2009), a cristalização de experiências e instituições já nos anos 1930 e 1940 do século XX, contribuíram para o nascimento de uma política cultural emergente e diversificada dos poderes públicos em alguns países da região. Em 1935, o Chile já ensaiava um sistema de promoção pública do teatro. A Argentina, reforçando ao mesmo tempo o seu regime legal do direito de autor (1933), pôs em marcha um sistema de benefícios especiais pela Comissão Nacional de Cultura (1935), cuja gestão durou mais de uma década. Brasil, México e Argentina, quando criaram sistemas de proteção legal do patrimônio artístico e arqueológico, constituíram instituições governamentais para a proteção e a conservação patrimonial em 1937, 1938 e 1940, respectivamente, cuja gestão e financiamento público perduram até os dias de hoje. Entre muitas instituições públicas que foram criadas na região, o autor destaca o Instituto Nacional do Livro do Brasil (1937) e a Casa da Cultura Equatoriana (1944).

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao assumir a cultura como um direito e como necessidade social e individual, produz mais um marco para as políticas culturais. Embora inconcluso, trata-se de um relevante passo no propósito de superar a ideia de superficialidade da dimensão cultural (LOGIÓDICE, 2012).

A partir da segunda metade da década de 1960, os Estados da região e organismos internacionais, mais notoriamente a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), passam a abordar de forma paulatina a temática das políticas culturais, amplificando a experiência francesa de fundação do Ministério de Assuntos Culturais, em 1959. Um exemplo é a coleção *Studies and documents on cultural policies*, que é inaugurada pelo documento *Cultural policy a preliminary study*, publicado em 1969 como resultado de uma mesa-redonda realizada em Mônaco em 1967.

Ainda que o conjunto seja constituído de textos burocráticos que se limitam a descrever e enumerar as instituições estatais e atividades realizadas no setor cultural em nível nacional, cabe destacar a mobilização, em âmbito mundial, em torno da iniciativa e seu caráter de registro histórico sobre a temática. Tal iniciativa toma relevo para o processo de desenvolvimento dos estudos sobre as políticas culturais na América Latina, com destaque para a atuação da Unesco, embora “o organismo não inaugure as políticas culturais, os estudos de políticas culturais e tampouco a definição de políticas culturais no mundo ocidental” (ROCHA, 2016, p. 682).

García Canclini (1987) assinala, ainda, outros fatores que colaboram para a emergência das políticas culturais como temática de eventos, estudos e diagnósticos acadêmicos: a crise do modelo economicista de desenvolvimento, que traz interrogantes culturais como causa e consequência; e os novos aportes às conceituações de cultura, a partir de sua ampliação para além das belas artes e do patrimônio e de seu reposicionamento no âmbito político a partir de suas conexões com a noção de poder.

Após esta breve contextualização do processo de consolidação e agendamento das políticas culturais na América Latina, movimento precursor da instituição de um possível campo científico dedicado ao tema das políticas culturais, apresentaremos a metodologia para análise bibliométrica e crítica da produção científica que indexa essas duas temáticas de forma articulada, para em seguida nos debruçarmos sobre tais estudos.

2. Metodologia da revisão sistemática

Inicialmente, foi realizada uma exploração através do *Bibliometrix*⁷, pacote para a linguagem de programação estatística *R* que auxilia na pesquisa quantitativa em cientometria e bibliometria. Uma primeira busca no banco de dados da *Web of Science* e da *Scopus* resultou na ausência de representatividade em relação ao campo de estudos na América Latina⁸. Tendo em vista que essas bases se referem principalmente a conteúdo de artigos publicados em periódicos acadêmicos em língua inglesa, não foram identificados textos canônicos e autores legitimados como referências no campo.

A partir da experiência de análise por meio do *Bibliometrix*, buscou-se uma ferramenta que pudesse auxiliar a pesquisa em outras bases de dados mais representativas para o escopo pretendido. Tal propósito levou ao *Publish or Perish*⁹, um software que permite analisar métricas acadêmicas e o impacto das publicações, a partir da extração e da análise de citações acadêmicas de diversas fontes, tais como o Google Acadêmico. Ele foi desenvolvido pela pesquisadora Anne-Wil Harzing, e permite a criação de relatórios a partir de buscas por palavras-chave.

⁷ O pacote *Bibliometrix* fornece diversas rotinas para importação de dados bibliográficos dos bancos de dados SCOPUS, *Web of Science* da Clarivate Analytics, *PubMed*, *Digital Science Dimensions* e *Cochrane*, realizando análises bibliométricas e construindo matrizes de dados para co-citação, análise de colaboração científica e análise de co-palavras. Disponível em: <https://www.bibliometrix.org/home/index.php/layout/bibliometrix>. Acesso em: 26 set. 2023.

⁸ Foi necessário pesquisar pelas palavras “cultural polic(y)ies” e “Latin America”, pois as buscas em português e espanhol não traziam resultados.

⁹ Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>. Acesso em: 27 set. 2023.

O *Google Acadêmico* (ou *Scholar*) é uma ferramenta popular para pesquisa acadêmica que fornece várias métricas para ajudar os pesquisadores a avaliar a influência e o impacto de trabalhos acadêmicos. Uma das métricas do *Google Acadêmico* é o número de vezes que um artigo foi citado por outros artigos acadêmicos. Isso é frequentemente usado como um indicador do impacto e da importância de um trabalho. Cabe ressaltar que os resultados da extração podem variar a depender da precisão dos dados do *Google Acadêmico*, por exemplo referências bibliográficas que seriam iguais, mas possuem grafia distinta, erros de digitação, endereços eletrônicos diferentes etc.

Apesar das possibilidades trazidas pelo *Google Acadêmico*, há pesquisadores que contestam o seu valor potencial como fonte de dados para análises bibliométricas, pela possibilidade de ampliação de conteúdos locais sobrerrepresentados, incluindo artigos em revistas de baixo impacto e relatórios não publicados ou materiais de apoio ao ensino, a princípio diferente de bases de dados mais tradicionais (AGUILLO, 2012).

Nesse sentido, mesmo se tratando da possibilidade de compilar produções com menor grau de legitimidade acadêmica, no caso da América Latina, em particular, o *Google Acadêmico* desempenha um papel diferente. Devido à sua ampla cobertura, a plataforma permite acessar e analisar o impacto dos periódicos nesses países, já que muitas vezes estão disponíveis em repositórios institucionais e bibliotecas digitais, como o *SciELO* (PEREIRA E MUGNAINI, 2023; CANTO et al., 2022).

As expressões e variantes “política cultural + América Latina”, “políticas cultura(is|les) + América Latina”, “política cultural + latino-american(o|a|os|as)”, “políticas culturais + latino-american(o|a|os|as)”, “política cultural + latinoamerican(o|a|os|as)” e “políticas culturales + “latinoamerican(o|a|os|as)” foram utilizadas na busca a partir dos títulos das publicações. Embora reconheçamos as limitações da escolha metodológica,

A busca por produções que realizaram autoindexação com termos que possuem conexão direta na área, possui como principal justificativa a intencionalidade dos próprios pesquisadores em formação de afirmar seu pertencimento à área de conhecimento das políticas culturais através da autoindexação. Diversos fatores permitem inferir que o campo de produção acadêmica sobre o tema ultrapassa o uso de tais expressões, a exemplo da multidisciplinaridade, a recente expansão da área e a inexistência de uma matriz teórica unificada nas reflexões produzidas (COSTA; ROCHA, 2021, p. 164).

Significa dizer, portanto, que o itinerário escolhido, ainda que demasiadamente circunscrito a tais expressões, permite uma incursão a obras referenciais sobre as políticas culturais da/na América Latina considerando a abrangência proposta. Após a extração feita pelo *Publish or Perish*, ao identificar diferenças de grafia e/ou registro, fizemos uma limpeza

dos dados, com o intuito de somar as citações de documentos repetidos¹⁰. Ao final do processo, os 142 documentos extraídos referiam-se a 107 publicações, dentre artigos, citações, livros e arquivos em HTML e PDF.

No próximo tópico vamos nos debruçar, a partir dos trabalhos indexados, sobre o percurso do campo propriamente dito, mesclando os dados quantitativos que foram reunidos com a discussão de forma qualitativa destes textos.

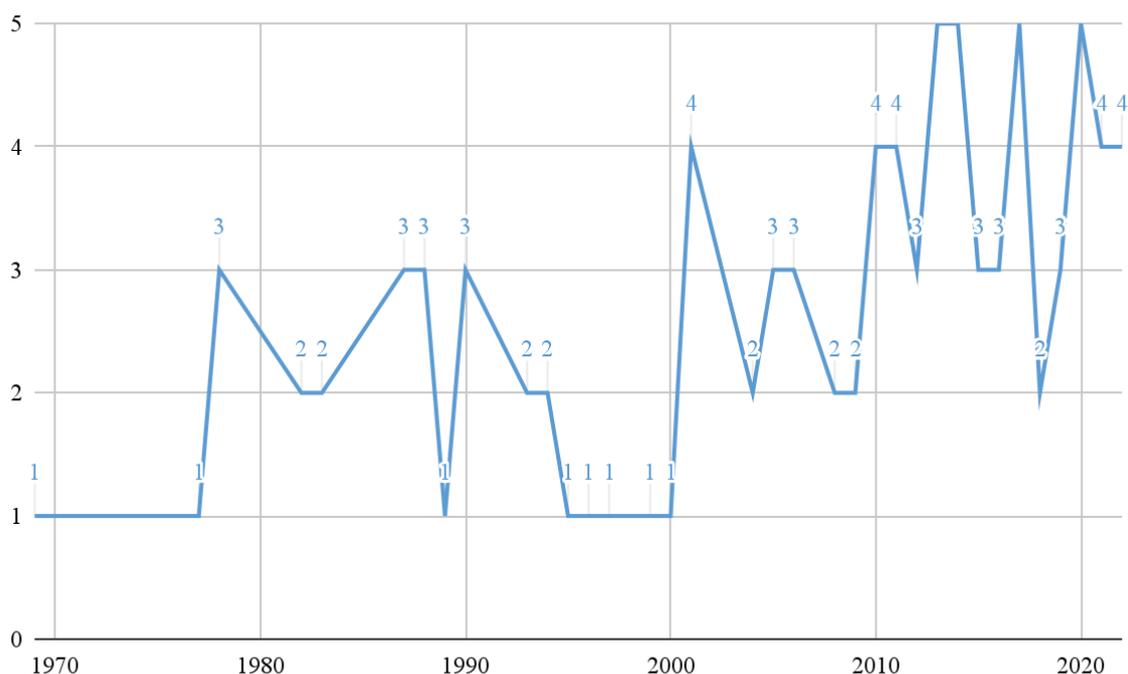
3. Resultados, itinerários e discussões

A extração, a partir da indexação dos termos acima mencionados, resultou em um conjunto de 107 publicações, que contabilizaram um total de 1.834 citações, uma média de cerca de 17,1 citações a cada trabalho. Por outro lado, um total de 34 publicações não tiveram nenhuma citação.

O gráfico 1, que representa visualmente a distribuição da produção por ano, evidencia o surgimento das primeiras publicações no fim dos anos 1960 e início dos 1970. A partir da década seguinte, a produção apresenta uma regularidade, mesmo que pequena, que se mantém ao longo dos anos. Obviamente, a destacada acentuação das curvas se dá pelo pequeno número de trabalhos identificados. É possível deduzir, ademais, um crescimento relativamente constante, em especial após um período com uma redução nas publicações, entre a década de 1990 e 2000 e outro de crescimento nas décadas mais recentes.

Gráfico 1: Publicações indexadas por ano

¹⁰ No caso de coletâneas, optamos por somar as referências a capítulos específicos, a fim de captar a relevância da obra como um todo.



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

O *corpus* corrobora, uma vez mais, a heteronomia do campo científico das políticas culturais. Não nos parece coincidência que, dada a largada nas produções que articulam políticas culturais e a perspectiva latino-americana, a redução das publicações se dê num período de aprofundamento e disseminação do ideário neoliberal que impunha a retração do estado e inibia sua iniciativa em quase todas as áreas de atuação, inclusive na cultural. Por sua vez, os anos 2000 na América Latina são marcados pela construção de novas agendas políticas, somada aos esforços de alguns países em elaborar legislações culturais e implementar planos de cultura. Tal contexto é certamente influenciado pelas eleições de governantes progressistas empenhados em estabelecer modelos socioeconômicos e políticos alternativos às políticas das décadas anteriores e que, em especial, buscam promover iniciativas de cooperação e integração em âmbito regional.

A cronologia da produção pesquisada tem como primeiro registro o ano de 1969, com a publicação do livro *Hacia una política cultural autónoma para América Latina* (BAGÚ et al., 1969). Trata-se de uma compilação de um seminário organizado pelo Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad de la República, em Montevideu, Uruguai. A obra seguinte, *América Latina y sus políticas culturales*, data de 1977 e é de autoria do advogado, economista, professor e político chileno Felipe Herrera Lane (1922 - 1996), que também foi

presidente do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura da Unesco, entre 1974 e 1984 (HERRERA, 1977). Trata-se de uma edição do Organismo que, ao longo dos anos 1970 e 1980, também foi responsável pela já mencionada coleção *Studies and documents on cultural policies*, que publicou cerca de 70 textos sobre as políticas culturais de seus Estados-Membros em todo o mundo, enfatizando o modo como são planejadas e implantadas as políticas culturais (ROCHA, 2016, p. 681-682).

Os achados na base bibliográfica indicam o início de uma relativa regularidade na produção de conhecimento que articula as políticas culturais e a América Latina nos anos 1980. É nesta década que são desenvolvidas iniciativas pioneiras no sentido de buscar uma maior articulação nas produções sobre o tema em uma perspectiva latino-americana, com destaque para a atuação de Néstor García Canclini¹¹. Um exemplo é a criação do Grupo de Trabalho sobre Políticas Culturais no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). O grupo é composto por intelectuais de diversos países da região, como o próprio García Canclini, bem como José Joaquín Brunner, Oscar Landi, Sérgio Miceli dentre outros. Assim,

(...) em 1982, foram realizados dois eventos que, segundo García Canclini (1987), transcendem as descrições burocráticas para examinar as bases conceituais da ação cultural. Ambos resultaram em livros, com a participação de pesquisadores e gestores culturais: *Culturas populares y políticas culturais*, organizado no mesmo ano por Guillermo Bonfil Batalla, e *Estado e Cultura no Brasil*, coordenado por Sérgio Miceli e publicado em 1984 (ROCHA, 2016, 685).

Dentre as atividades de maior destaque do Grupo está a publicação do livro *Políticas Culturales en America Latina*, organizado por García Canclini, em 1987, que engloba reflexões sistemáticas sobre políticas culturais, bem como sobre a cultura política em três países distintos: Estados Unidos, Brasil e Argentina. Esses ensaios foram escritos por Jean Franco, Sérgio Miceli e Oscar Landi, respectivamente. Além disso, apresenta um estudo aprofundado sobre as políticas voltadas para os povos indígenas, de Guillermo Bonfil Batalla. Complementando essa análise, encontram-se duas discussões teórico-conceituais das políticas culturais, elaboradas por Brunner e García Canclini. A obra logra obter um amplo alcance e impacto. Trata-se do registro com o maior número de citações, dentre as publicações extraídas, com um total de 978¹² menções.

¹¹ São dessa década e autoria, três dentre as dez obras mais referenciadas do *corpus* (García Canclini, 1983; 1987; 1988), com 978, 55 e 27 citações.

¹² Caso sejam excluídas as menções a capítulos específicos, obtém-se 948 citações à obra como um todo.

Tal repercussão parece resultar, em especial, do interesse suscitado em torno da emblemática noção de políticas culturais de Néstor García Canclini, então compreendida como:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26).

Embora o conceito reverbere contemporaneamente em diversos artigos e pesquisas da área das políticas culturais no Brasil, o capítulo só foi traduzido para o português no ano de 2019 (ROCHA E BRIZUELA, 2019). Por sua vez, cabe destacar a repercussão da sistematização dos *circuitos culturais* disponível no capítulo de autoria de José Joaquín Brunner para o campo da organização da cultura. O capítulo também redundou em um profícuo debate suscitado à época em torno do conceito de políticas culturais elaborado por este autor, que adota uma perspectiva “formalista”, conforme assevera Sarlo (1988).

Rocha (2016) salienta que esses dois autores representam as principais abordagens conceituais identificadas na literatura latino-americana e que permanecem como objeto de debate até os dias atuais. Além de representarem expressões correntes teóricas em conflito, essas perspectivas também refletem visões contrastantes da cultura. De um lado, há uma ênfase nos aspectos processuais e nas relações interpessoais, bem como nas questões relacionadas ao poder e seus efeitos nas lutas simbólicas e na interpretação dos significados. Do outro, a cultura é abordada sob uma ótica formalista, que prioriza os circuitos organizados no campo cultural e seus aspectos estéticos.

O segundo trabalho com mais citações no Google Acadêmico, 83 no total, é o de Juan Luis Mejía Arango, *Apuntes sobre las políticas culturales en América Latina, 1987-2009* (2009). Neste artigo, Arango faz um recorrido em relação à evolução das Convenções da Unesco e sua implicação nas políticas culturais da América Latina. Enquanto os documentos oficiais proclamavam a preservação e a promoção da identidade como eixo das políticas, as ciências sociais (antropologia, sociologia, história) questionavam a existência de uma identidade. O mito das nações culturalmente homogêneas começou a desvanecer-se, pois nos Estados não havia cultura, mas sim culturas.

Assim, o mito fundador da homogeneidade cultural, sobre o qual se construíram os Estados-nação latino-americanos, os direitos culturais e, conseqüentemente, o alcance das políticas culturais, desmoronou juntamente com as grandes narrativas da modernidade. Por isso, o autor detalha analiticamente a incorporação do tema da diversidade nas constituições

dos países da América Latina na medida em que os Estados são refundados, reconstituídos e reconhecidos com base na multiétnicidade, pluriculturalismo, plurinacionalismo e interculturalismo. Na mesma linha, a Unesco incorpora em 2001 diversidade na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (Paris), e em 2005 na Convenção sobre Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais (Paris). Embora com condicionalismos históricos e políticos, a diversidade cultural começa a ser incorporada nas políticas culturais.

O terceiro trabalho com mais citações, 74, é o registro da conferência apresentada por Eduardo Nivón a um Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), em setembro de 2011 no México. Nivón aborda como a política cultural, na sua forma global e institucionalizada, é relativamente nova e surge no período pós-guerra, por volta da década de 1950. Mais recentemente, as políticas culturais na América Latina estão atualmente a ser construídas sob o impulso da mobilização social, principalmente de grupos indígenas e minorias afro-americanas. Neste sentido, o debate sobre a diversidade tem incentivado a democratização da sociedade.

George Yúdice é o autor do quarto trabalho mais citado, referenciado 66 vezes. Ele propõe uma reflexão no campo das políticas e produção cultural sobre a geração de um alto grau de mercantilização acompanhada de uma desregulação do setor sob a égide das empresas transnacionais do Norte Global que dominam os mercados culturais (2001). Nessa dominação colonial do Sul Global, há implicações de ordem trabalhista com a precarização do trabalho e dos direitos laborais na cadeia produtiva da cultura. Esses são alguns dos resultados do neoliberalismo que pressiona privatização e desmantelamento das políticas públicas reforçando a transnacionalidade das indústrias culturais, padrões tecnológicos e regimes jurídicos para garantia dos lucros globais. Outras duas obras, de autoria de Zulma Palermo (2005) e Lia Calabre (2013) possuem 43 e 40 citações, respectivamente, pelo *Google Acadêmico*.

Palermo (2005), na obra *Desde la otra orilla: pensamiento crítico y políticas culturales en América Latina*, apresenta as origens da perseguição da imagem identitária no século XX e discute essa imagem a partir de um modo de pensar colonizado com características e estruturas eurocêntricas modernas dominantes. Para ela, parte do próprio pensamento identitário descolonizador se move com as estruturas de linguagens herdadas desses paradigmas da tradição cultural do Ocidente e que permeiam a academia.

A autora busca uma resposta ética e política à longa cadeia de sujeições a que está submetida a América Latina como espaço periférico, e em conexão com os outros espaços

periféricos do Ocidente, e tem como objeto central a questão do sujeito produtor de conhecimento numa situação modernidade/colonialidade que reflete a geopolítica do conhecimento, de modo que todo o conhecimento só encontraria sua legitimidade nas suas próprias condições de produção. Sob tal perspectiva, a autora interage dialogicamente com outras formas de conhecimento. Como exemplo, a situação Argentina ganha relevo a partir de uma análise político-cultural para demonstrar suas reflexões sobre uma teoria latino-americana pensada a partir da América Latina, despida das influências acadêmicas subdesenvolvidas, dominantes, eurocêntricas, mas reunindo as contribuições significativas do pensamento latino-americano com uma visão crítica global que faça valer sua proposta teórica de interseção entre pensamento, cultura e solo.

A reflexão proposta por Palermo (2005) considera, portanto, o pós-ocidentalismo como possibilidade de construir epistemologias de fluência, de liminaridade, da condição paradoxal e potencialmente produtiva de estar situado entre fronteiras, entre dois ou mais terrenos de uma só vez, e de reconhecer, prestar atenção às experiências locais que se formam nos interstícios dos sistemas culturais.

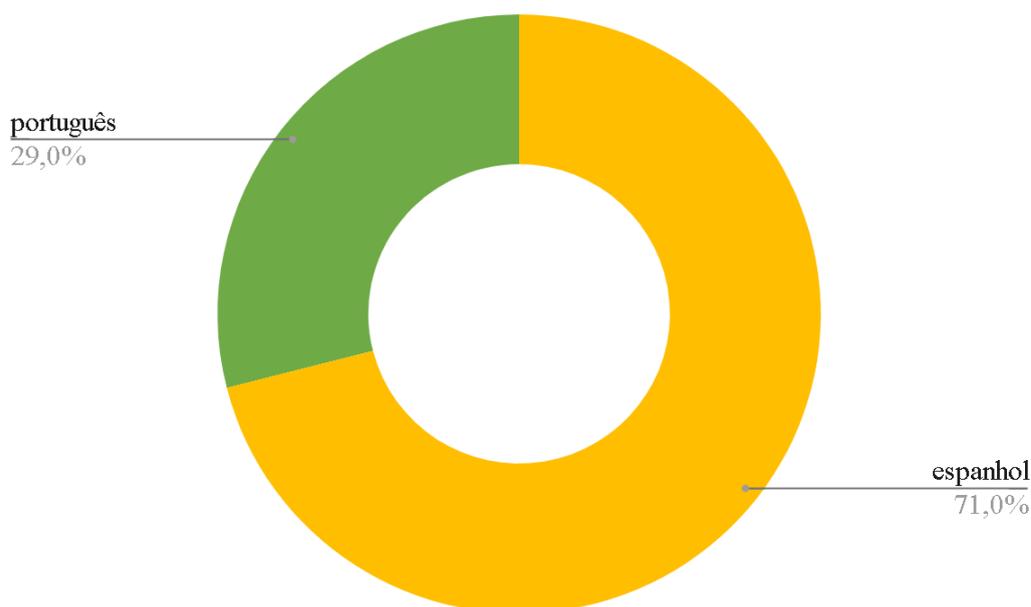
Já Lia Calabre, no artigo *História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia*, se debruça sobre a institucionalização da cultura nas políticas públicas na América Latina desde o final do século XX até os dias atuais (2013). Ela destaca que esse processo teve suas raízes nas décadas de 1920 e 1930, quando os Estados nacionais na região se fortaleceram e modernizaram, incluindo os setores da cultura e educação em suas políticas. Nas décadas de 1960 e 1970, mesmo durante ditaduras militares em alguns países, houve iniciativas governamentais para integrar a cultura nas políticas públicas. A partir dos anos 1980, políticas culturais mais democráticas começaram a surgir em busca de sociedades mais igualitárias. No século XXI, a ênfase é na colaboração entre o estado e a sociedade na construção de políticas culturais participativas.

Embora o artigo enfoque os contextos do Brasil, Argentina, México e Colômbia, tal análise poderia se estender a outros países latino-americanos. A autora sugere usar o conhecimento do passado para aprimorar as experiências presentes e avançar no futuro. Interessante notar, ainda, a referência à publicação mais citada na pesquisa (GARCÍA CANCLINI, 1987).

Dos 67 repositórios e/ou revistas catalogadas, cabe notar que as publicações se originam de diferentes lugares. O periódico *Políticas Culturais em Revista*¹³ se destaca com três artigos relacionados a este campo. São os trabalhos *Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual* (ROCHA, 2016), *Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina* (RUBIM, 2019) e *Inovações na política cultural e no desenvolvimento na América Latina* (YÚDICE, 2019).

Em relação ao idioma dos trabalhos, há predominância da discussão na língua espanhola, com 71%. Na América Latina, apenas o Brasil possui o português enquanto idioma oficial, que contabiliza 29% dos trabalhos indexados (Gráfico 2). Tais resultados podem ser consequência do maior afastamento do Brasil em relação à perspectiva latino-americana, visto que a barreira linguística implica em uma redução do intercâmbio acadêmico, como sugere Mato (2002).

Gráfico 2: Idiomas das publicações indexadas



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Quanto ao número de citações, as disparidades são ainda maiores, visto que 90,9% das obras citadas estão em espanhol e apenas 9,1%, em português. As publicações brasileiras mais

¹³ *Política Cultural em Revista* é um periódico eletrônico semestral que aceita para publicação material sobre Política Cultural e temáticas correlatas, na forma de artigos e ensaios resultantes de estudos teóricos e/ou pesquisas, bem como entrevistas e resenhas. O periódico é sediado pela Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br/>. Acesso em: 04 set. 2023.

Considerações finais

Nas publicações mapeadas, observa-se, entre outros fatores, o reconhecimento da América Latina como tarefa conforme reivindicado por García Canclini (2002) e também as intencionalidades dos intelectuais latino-americanos em historicizar as políticas culturais na região a partir do próprio acúmulo de discussão tanto produzido pelo Norte Global, como também e principalmente pelo Sul Global (MATO, 2002).

O mapeamento da produção acadêmica sobre políticas culturais e a sua relação com a América Latina inclui um curto escopo temporal, sendo reflexo de uma produção de conhecimento com menos de quatro décadas. A partir da revisão sistemática pudemos refletir, ainda que de maneira emergente, sobre alguns aspectos da produção neste campo, em âmbito latino-americano. Neste trabalho, procuramos não cair no expediente fácil da reprodução não contextualizada e pretensamente universal de um autor sacralizado (ou legitimado) como Bourdieu. Cabe reconhecer, porém, a relevância de suas reflexões como um guia metodológico para desvendar múltiplas dimensões sobre a produção do conhecimento científico, articulando-as com o pensamento de autores que se debruçam sobre a realidade latino-americana.

Nesse sentido, um dos aspectos que nos parece central para uma reflexão como esta é a heteronomia deste campo científico, e destacadamente nas reflexões que se dedicam ao âmbito latino-americano. Como contraponto a uma perspectiva predominantemente negativa da “politização” e expressão direta dos problemas políticos no campo científico (BOURDIEU, 2004), nos apropriamos da recomendação feita por Eduardo Nivón Bolán no que diz respeito à prática das políticas culturais. Ao constatar o processo de institucionalização da política, na primeira década dos anos 2000, o autor nos convida a novamente, “volver la vista a los contenidos o, más precisamente, a colocar los valores en el corazón de las políticas culturales y dejar en segundo plano las metas, los objetivos, la búsqueda de resultados cuantificables como razón y sentido de la política cultural” (NIVÓN BOLÁN, 2006, p. 130). Ou seja, retomar a utopia.

Não se trata de um empreendimento fácil. Cabe, porém, lembrar as palavras do economista e ex-ministro da cultura do Brasil, Celso Furtado, que considerava que o exercício da utopia “(...) constitui uma das ações mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise” (FURTADO, 1984, p. 30). Muitos outros enfoques e vieses poderiam ser ressaltados, dada a fecundidade do estudo e, conseqüentemente, sua capacidade de instigar profícuas discussões. No entanto, tendo em vista o caráter exploratório de tal incursão, a

explicitação do percurso eleito pretende contribuir para novas iniciativas de investigação que abarquem nuances, questões e abordagens ainda não perscrutadas, em especial aquelas que instiguem e façam jus a uma das nossas mais relevantes tarefas latino-americanas: a do necessário exercício da utopia.

Referências bibliográficas

AGUILLO, Isidro F. Is Google Scholar useful for bibliometrics? A webometric analysis. *Scientometrics*, vol. 91, p. 343-351, 2012.

ARANGO, Juan Luis Mejía. Apuntes sobre las políticas culturales en América Latina, 1987-2009. *Pensamiento Iberoamericano*, n. 4, p. 105-129, 2009.

BAGÚ, Sergio et al. (org.). *Hacia una política cultural autónoma para América Latina*. Montevideo: Universidad de la República, Departamento de Publicaciones, 1969.

BARBALHO, Alexandre. Políticas e indústrias culturais na América Latina. *Contemporânea*, vol. 9, n. 1, p. 23-35, 2011.

BAYARDO GARCÍA, Rubens. Políticas culturales: derroteros y perspectivas contemporáneas. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago de Compostela, v. 7, n. 1, p. 17-29, 2008.

BEIRED, José Luis Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (org.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122 a 155.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004.

CALABRE, Lia. *História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia*. *Escritos*, ano 7, vol. 7, p. 323-345, 2013.

CANTO, Fabio Lorensi do; PINTO, Adilson Luiz; GAVRON, Edson Mário; TALAU, Marcos. Latin American and Caribbean journals indexed in Google Scholar Metrics. *Scientometrics*, vol. 127, p. 763-783, 2022.

COSTA, Leonardo; ROCHA, Rocha. Estudos em políticas culturais: passado, presente e futuro?. *Revista Extraprensa*, v. 14, n. 2, p. 159-179, 2021.

FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Argentina: Paidós, Estado y Sociedad, 2002.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Las políticas culturales en América Latina. *Chasqui*. 7, p. 18-26, 1983.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Las políticas culturales en América Latina. *A Contratiempo: revista de música en la cultura* 2, p. 3-17, 1988.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor (org.). *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-61.

HARVEY, Edwin. *Financiación y legislación de la cultura en un mundo global*. Conferencia de plenario (con el agregado de notas de referencia). In: Congreso Internacional de Gestión Cultural: El Éjido, Almería, España, nov. 2009.

HERRERA, Felipe. *América Latina y sus políticas culturales*. Paris: UNESCO, 1977.

LOGIÓDICE, Maria Julia. Políticas Culturales, la conformación de un campo disciplinar. Sentidos y prácticas en las opciones políticas. *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, Santa Fe, n. 18, p. 59-87, jun. 2012.

MATO, Daniel. Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. In: MATO, Daniel (coord.). *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela. p. 21-46, 2002.

NIVÓN BOLÁN, Eduardo. *La política cultural*. Temas, problemas y oportunidades. México: Ciudad de México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2006.

NIVÓN BOLÁN, Eduardo. *Las políticas culturales en América Latina en el contexto de la diversidad*. Diversidad cultural, desarrollo y cohesión social. Ministerio de Cultura, Perú, p. 50-75, 2013.

PALERMO, Zulma. *Desde la otra orilla: pensamiento crítico y políticas culturales en América Latina*. Alción Editora, 2005.

PEREIRA, Fabiana Andrade; MUGNAINI, Rogério. Mapping the use of Google Scholar in evaluative bibliometric or scientometric studies: A bibliometric review. *Quantitative Science Studies*, vol. 4, n. 1, p. 233–245, 2023.

ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (org.). *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões* / Néstor García Canclini. Salvador: EDUFBA, 2019.

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. *Políticas Culturais em Revista*, vol. 9, n. 2, p. 674-703, 2016.

RUBIM, Albino. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata (org.). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 13-27.

RUBIM, Albino. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. *Políticas Culturais em Revista*, vol. 12, n. 1, p. 259-283, 2019.

QUIJANO, Aníbal. La nueva heterogeneidad estructural de América Latina. In: SONNTAG, Heinz (org.). *Nuevos temas, nuevos contenidos*. Caracas: Unesco / Nueva Sociedad, 1988.

SANTINI, Alexandre. *Cultura Viva Comunitária: Políticas culturais no Brasil e na América Latina*. ANF Produções, 2017.

SARLO, Beatriz. Políticas culturales: democracia e innovación. *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 32, p. 8-14, 1988.

YÚDICE, George. La reconfiguración de políticas culturales y mercados culturales en los noventa y siglo XXI en América Latina. *Revista iberoamericana*, vol. 67, n. 197, p. 639-659, 2001.

YÚDICE, George. Inovações na política cultural e no desenvolvimento na América Latina. *Políticas Culturais em Revista*, vol. 12, n. 1, p. 121-156, 2019.